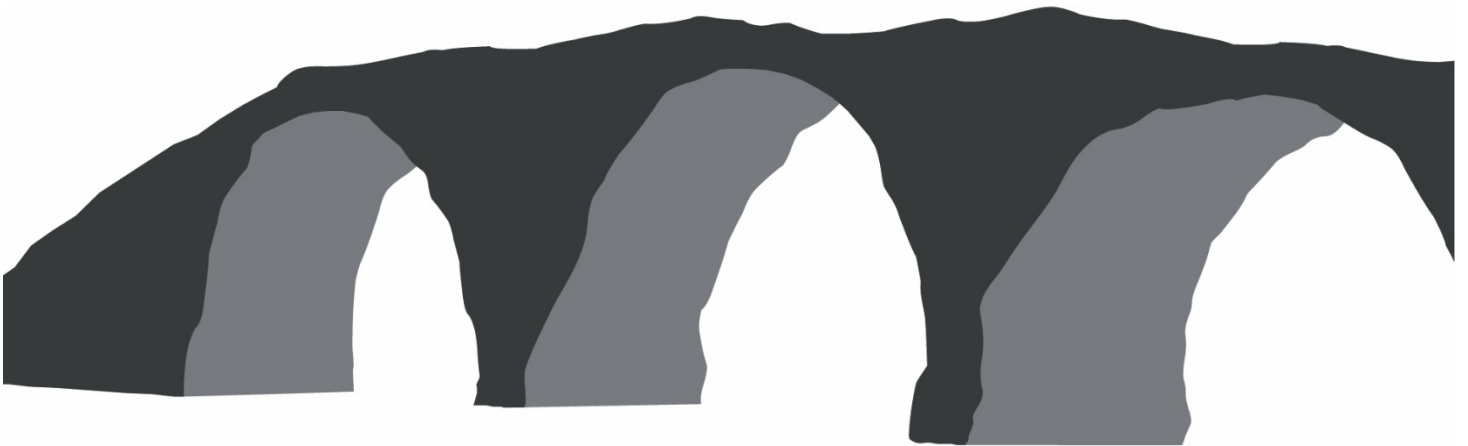
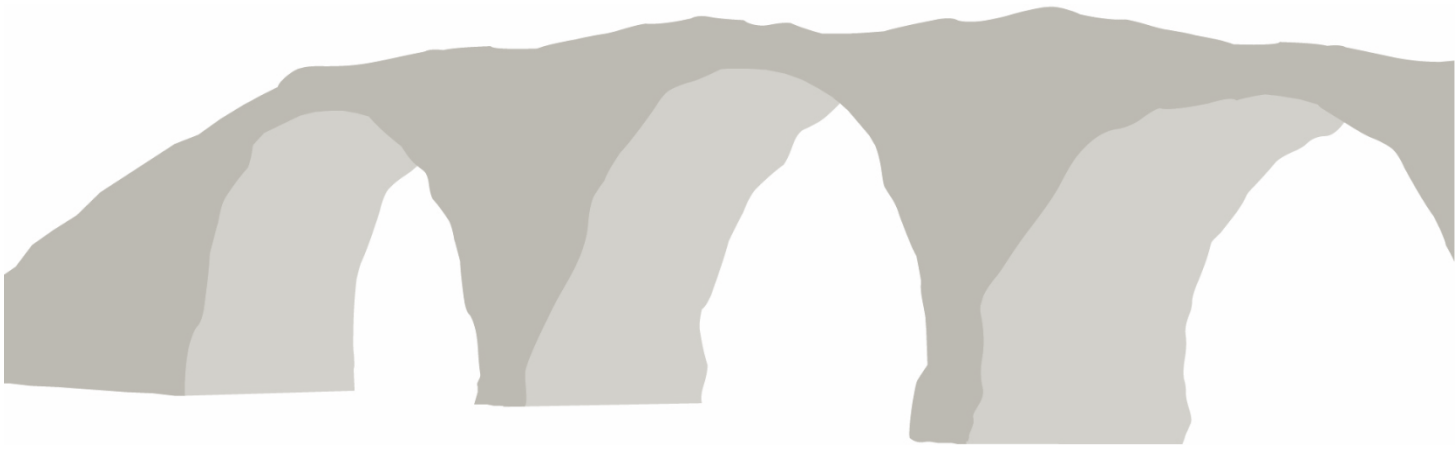


VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica
Volume 17 | Número 2 | Julho – Dezembro 2023
ISSN 1981-5875
ISSN (online) 2316-9699

APRESENTAÇÃO

Fernanda Codevilha Soares





APRESENTAÇÃO

Fernanda Codevilla Soares¹

A IMPORTÂNCIA DO PASSADO: ARQUEOLOGIA COMO AÇÃO POLÍTICA

Introdução

O Volume Temático “A importância do passado: Arqueologia como Ação Política” tem por objetivo, como próprio título sugere, pensar o engajamento político da disciplina, trazendo para discussão como as pesquisas que realizamos impactam a vida das pessoas, no presente. O dossiê pretendeu criar um espaço de divulgação científica, no qual profissionais da área pudessem debater a importância do passado e o papel político dos seus trabalhos.

A ideia começou a ser gestada há bastante tempo, seu ponto de partida remete ao meu pós-doutorado na UFMG (realizando entre 2013 e 2019), quando participei do Programa de Arqueologia Pública do Laboratório de Estudos Antárticos em Ciências Humanas (LEACH), coordenado pelo prof. Andres Zarankin, no qual propomos formas alternativas de narrar a Arqueologia Antártica².

Estas propostas - que denominamos de atividades de *mediação*³ - visavam promover uma experiência encorpada, sensível e crítica entre as/os participantes (arqueólogas/os e/ou não-arqueólogas/os) sobre as primeiras ocupações humanas no Polo Sul. O trabalho no LEACH me conduziu a dois questionamentos (que

¹ Professora do Curso de Arqueologia da UFPI, fernandacodevilla@ufpi.edu.br, <https://orcid.org/0000-0003-3714-9397>.

² O projeto “Paisagens em branco: Arqueologia e Antropologia Antártica”, coordenado pelo prof. Dr. Andres Zarankin tem por objetivo principal analisar as estratégias humanas de ocupação da Antártica ao longo do tempo. A pesquisa possui um caráter interdisciplinar e internacional, no qual estão presentes profissionais da arqueologia, antropologia, história e conservação, de países como Brasil, Argentina, Chile, Austrália, Espanha, Inglaterra e EUA. Essa investigação vem sendo realizada há cerca de 28 anos, os resultados têm colocado em evidência que a ocupação humana do extremo sul foi iniciada em fins do século XVIII e princípios do XIX, sendo realizada por grupos foqueiros, lobeiros e baleiros - trabalhadores do mar que recebiam uma porcentagem mínima da caça de mamíferos marinhos. Muitas vezes, estes operários são esquecidos e invisibilizados nas narrativas históricas oficiais sobre o continente, que valorizam a vida dos capitães de navios ou os exploradores cientistas do século XX. Sendo assim, o trabalho tem permitido contar uma história mais democrática sobre os primeiros contatos humanos com a Antártica e vem inserido a exploração deste continente na lógica de expansão mundial do capital.

³ Optamos por denominar as ações realizadas no âmbito do Programa de Arqueologia Pública do LEACH como atividades de mediação, posto que nosso intuito é, por um lado, considerar que a ferramenta utilizada para narrar as primeiras ocupações humanas do continente antártico também influenciam na história que é contada, ou seja, o modo de contar a história, participa da história, em si, e, por outro lado, porque entendemos que o público não-arqueológico também participa do trabalho e não ocupa o lugar passivo de receptor de conhecimentos produzidos pela academia. Através de ações como o domo da Antártica, performance teatral, álbum de figurinhas, história em quadrinhos e uma exposição sensorial, buscamos apresentar elementos para que os não-arqueólogos tenham uma experiência encorpada e sensível sobre o continente e construam conhecimentos significativos e alternativos à história oficial da região. O termo mediação foi apropriado de Latour (1994a, 1994b) e pretende evidenciar a agência das ferramentas utilizadas para realizar as narrativas e do público não-arqueológico.

não são originais, mas são relevantes): como as narrativas arqueológicas impactam a vida das pessoas e qual a função social da Arqueologia?

Instigada por essas perguntas, coordenei dois simpósios temáticos no Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), de títulos “A presença do passado: comunicação não escrita em Arqueologia”, realizado em 2018, na VII Reunião da SAB Regional Sudeste; e, em parceria com Caroline Murta Lemos, o simpósio temático “A presença do passado: arqueologia como ação política” (título homólogo ao do Dossiê), proposto no XXI Congresso da SAB, realizado virtualmente em 2021. Em ambos parti da perspectiva de que o passado se faz presente e a Arqueologia é uma disciplina enraizada no “agora”, feita *no e pelo* contemporâneo e com consequências para o mundo atual.

Quando afirmo que a Arqueologia é uma disciplina “enraizada no agora, feita *no e pelo* contemporâneo e com consequências para o mundo atual”, não estou pensando, apenas, em uma questão temporal, que também é importante, mas não é só isso. Atualmente, é de amplo entendimento que o campo de atuação da disciplina não se dá, apenas, no passado distante, mas também no passado recente e até no presente (Bahn, 2000; Gonzales-Ruibal, 2008, 2018; Rathje & Murphy, 2001). Porém, para além disso, o que quero enfatizar é que o suposto abismo entre passado e presente, que permeou a história do pensamento arqueológico, é inexistente (Hortolf, 2005); o arqueólogo e a arqueóloga não são aquelas pessoas que mergulham no passado e descobrem coisas enterradas; as coisas do passado convivem no presente das cidades, no dia a dia das comunidades, nas referências culturais de grupos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, entre outros (Bezerra, 2011). Além disso, as questões de pesquisa partem de preocupações contemporâneas e, por isto, estão enraizadas no presente, associadas ao contexto histórico do pesquisador e pesquisadora. Logo, o nosso trabalho enquanto arqueólogos e arqueólogas não é o de descobrir o passado, mas o de evidenciar as pontes entre passado e presente que já existem (Shanks & Tilley, 1978; Hortolf, 2005). Neste processo, criamos histórias significativas e trazemos à superfície o convívio, muitas vezes, conflituoso, entre diferentes grupos sociais e temporalidades. As narrativas que criamos impactam a vida das pessoas e trazem consequências para o mundo contemporâneo. Assumir essas ressonâncias nos permite desenvolver trabalhos mais críticos, reflexivos e inclusivos.

Ao longo do tempo venho me interessando por este tipo Arqueologia, a qual dialoga com o público, coloca em evidência os excluídos, é feminista, antirracista e antifascista; que constrói passados que permitam o empoderamento de minorias no presente, sendo uma ferramenta de conscientização e de transformação de realidades.

A Arqueologia me proporcionou diversas experiências que me transformaram pessoal e profissionalmente, produzir esse volume vem amarrado a esta trajetória que ainda se encontra em construção. Os textos aqui apresentados contribuem fortemente para meu amadurecimento e apresentaram uma “Arqueologia que Importa” (Sabloff, 2008).

Nesse processo de transformações, há cerca de 1 ano e meio assumi como professora da Universidade Federal do Piauí (UFPI) - instituição de ensino superior, pública e federal, localizada no Estado do Piauí, região Nordeste, distante do eixo Sul-Sudeste do Brasil e que, por isso, é uma universidade marginalizada econômica

e socialmente –, tal vivência tem me levando a uma maior consciência sobre a importância de promover espaços nos quais este tipo de Arqueologia possa ser discutido.

Afirmo isso porque, conforme pontuou Ribeiro (2007), a Arqueologia não se encontra em uma “torre de marfim” isolada dos problemas mundanos; os privilégios masculinos, hétero-cis-normativos, de uma minoria branca, alicerçados no patriarcado, subjugarão e oprimirão as mulheres, as comunidades LGBTQIA+, grupos indígenas e negros (entre outros) no passado e ainda o fazem no presente; invisibilizando e silenciando essas populações.

A própria disciplina, em muitos casos, promoveu essas violências (Haber, 2011, 2012). No entanto, mais do que as reproduzir, penso que a Arqueologia tem o potencial de contribuir para modificar esse cenário. Através do ensino, da pesquisa e da extensão é possível colocar em evidência grupos historicamente invisibilizados, demonstrando a diversidade da nossa formação social e trazendo à tona as diferentes formas de (re) existências que fizeram (e ainda fazem) parte da nossa história. Partindo de uma perspectiva feminista e centrada nas minorias, acredito que seja possível criar bases mais heterogêneas, pluralistas e democráticas para a disciplina, contribuindo com a construção de teorias e reflexões mais inclusivas, generosas e simétricas, que possam, de fato, promover mudanças.

Apesar do tom pessoal da Introdução, a proposta não é fazer dela um Memorial, mas explicar do que se trata este volume. E, de fato, eu não poderia fazer desta Introdução algo pessoal porque a quantidade e qualidade dos textos submetidos ao dossiê demonstram o quanto a temática é uma preocupação coletiva; muitas pessoas vêm pensando sobre isso, com bastante propriedade, há muito tempo. Os trabalhos aqui publicados, todos de pesquisadoras e pesquisadores latino-americanos, apresentam discussões sobre uma Arqueologia que reage, provoca e contra-ataca⁴. Mas do que se trata esta Arqueologia e em que ela difere de qualquer outra Arqueologia?

Para debater essa pergunta e apresentar o dossiê, organizei a introdução em 3 partes: a primeira dedica-se a realizar um breve histórico da disciplina, pensando suas raízes colonialistas, elitistas e racistas; as quais, justamente, este tipo de Arqueologia procura distanciar-se; a segunda, dedica-se a debater autores que primeiro trilham esse caminho, trazendo para discussão as pesquisas de Leone (2021a, 2021b, 2021c, 2016), McGuire (2008), Sabloff (2008), e de arqueólogas e arqueólogos brasileiros que trabalham com arqueologia indígena, quilombola, afrocentrada e outras; e por fim, apresento os textos contemplados no dossiê, mostrando diferentes estudos de casos nessa temática.

⁴Essa expressão “Arqueologia que contra-ataca” foi utilizada por Andres Zarankin na palestra “A arqueologia histórica e sua dimensão político-acadêmica no Brasil” realizada no I Semana de Arqueologia Histórica do Museu Nacional (SAHIST), que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, entre 18 e 21 de outubro de 2022.

Alicerces da Arqueologia: enquadramento histórico excludente

Em princípio, é importante demarcar que este tipo de Arqueologia é declaradamente antipatriarcal, decolonial, anticapitalista, antiracista e antifascista, conforme dito anteriormente. E é preciso lembrar que, historicamente, a Arqueologia apoiou-se, justamente, em alicerces patriarcais, machistas, colonistas, elitistas e racistas para se afirmar.

Trigger (2011) apresenta o modo como o pensamento arqueológico estruturou-se e discute as mudanças que ocorreram nos objetivos da disciplina e na sua definição. Nascida no bojo do Renascimento, do Iluminismo, da formação dos Estados Nações e dos nacionalismos, a Arqueologia configurou-se como uma prática positivista, antropocêntrica, cartesiana e excludente.

A ideia de progresso (de forte base Iluminista) foi um alicerce importante na sua caracterização como ciência no século XIX (Trigger, 2011). Deste período em diante, seriações e datações foram utilizadas com o intuito de classificar agrupamentos humanos de diferentes épocas, os situando em uma escala evolutiva linear, baseada na ausência ou presença de aspectos como tecnologia, arquitetura monumental, complexidade social e itens esteticamente bonitos ao olhar europeu (entre outros) (Johnson, 2000; Bicho, 2006; Neves, 2015).

Os contatos entre os europeus e o “Novo mundo”, através do violento processo de colonização, lapidou o desejo pelo exótico e as coleções arqueológicas - dispostas nos Gabinetes de Curiosidades, Antiquários e Museus - foram formadas, na sua maioria, a partir do roubo de itens dos países colonizados (Bruno, 1996).

Ao longo dos anos, enquanto a disciplina estruturava-se cientificamente, os não-arqueólogos não foram consultados se queriam, ou não, que seus mortos, seus ancestrais, suas casas e suas coisas fossem estudados. As pessoas não eram ouvidas e as histórias que elas tinham para contar não importavam. O público deveria aceitar passivamente as histórias que as arqueólogas e os arqueólogos explicavam e eram tratadas como distrações irritantes do “fazer arqueológico” científico (Bhan, 2000). A Arqueologia colocava-se (algumas vezes ainda se coloca) como o único discurso possível (ou verdadeiro) sobre o passado.

Nacionalmente, o cenário da Arqueologia não foi diferente. Neves (2015), Bueno (2011), Prous (2019) e Barreto (1999-2000) apresentaram reflexões críticas sobre a história da disciplina no Brasil e questionam se existe algo que, realmente, possa ser chamado de Arqueologia brasileira. Estes autores afirmam que a Arqueologia no Brasil, na maior parte do tempo, esteve à sombra de perspectivas teórico-metodológicas europeia e norte-americana (Neves, 2015), ou seja, as pessoas que fizeram a disciplina eram, na sua maioria, de origem estrangeira e os quadros conceituais que a delimitaram também foram, na sua maioria, importados de outros países e de outras disciplinas.

Forjada junto aos naturalistas viajantes, a Arqueologia Brasileira foi realizada, nos seus primeiros anos, por homens brancos, europeus ou euro-descendentes, que, muitas vezes, questionaram a autoria indígena dos vestígios que encontravam. Para a maioria deles, os grupos indígenas eram considerados “primitivos demais” para realizar construções como os sambaquis, artefatos como a cerâmica amazônica marajoara e/ou registros rupestres com os identificados no litoral e interior do Brasil; portanto, a assinatura de tais achados deveria ser de fenícios, romanos, tribos de Israel ou de povos mais “evoluídos” dos Andes e Mesoamérica. Como um

exemplo deste tipo de posicionamento racista e etnocêntrico, cabe lembrar a atuação do diretor do Museu Paulista, o alemão Hermann von Ihering, quem relutou em assumir a artificialidade dos sambaquis, defendendo que estes eram “monumentos” naturais e não antrópicos e, além disso, bradava que o Brasil só se tornaria uma potência quando povoado por europeus e livre de índios, cuja extinção física seria necessária (Prous, 2019).

Na “Era dos Museus”, a Arqueologia Brasileira encontrou “um lugar para existir”, porém, seu papel foi secundário em relação às ciências “duras”, como a geologia, zoologia, botânica etc. (Barreto, 1999-2000). Nesse período, os vestígios eram coletados, classificados por princípios tipológicos, submetidos a seriações e guardados. A disciplina assumia um caráter classificatório e muito próxima das ciências naturais, distanciando-se de qualquer discussão de cunho identitário ou nacionalista (Barreto, 1999-2000).

A maturidade da Arqueologia Brasileira ocorreu entre 1920 e 1980 com a sua inserção nas universidades e a vinda de profissionais estrangeiros para formar pesquisadores e centros de estudos no país (Barreto, 1999-2000). O legado das escolas francesas e norte-americanas são presentes, até hoje, na prática nacional. O PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas⁵), por exemplo, deixou como herança o hábito de realizar “escavações verticais”, com o intuito de entender a estratigrafia dos sítios; prospecções numerosas, rápidas e de baixo custo; com ênfase em sítios superficiais e do tipo cerâmico; intervenções com limitadas coletas de superfície e vestígios estudados como amostragens de todo um sítio ou região (Barreto, 1999-2000; Dias, 1995, 1999, 2003; Dias & Hoeltz, 2010). Como resultado, milhares de sítios foram identificados e os vestígios, de modo geral, foram submetidos a seriações e datações. Uma série de inferências generalizantes foram realizadas, apresentou-se um quadro geral das “culturas arqueológicas” brasileiras e estas foram definidas a partir de uma infinidade de Tradições, Fases e Sub-fases, compreendidas como sinônimo de grupos étnicos (Dias, 1995, 1999, 2003 e 2007).

Este legado reforçou o aspecto essencialmente prático da Arqueologia Brasileira, que já vinha se configurando como sinônimo de técnicas de pesquisa de campo. Barreto (1999-2000) lembra que, nesse período, não houve qualquer aproximação com movimentos teóricos como a Antropologia Estruturalista ou a Escola dos Annales e se distanciou de qualquer discussão política como da Arqueologia Social Latino-americana.

Desse período em diante, a Arqueologia Brasileira passou a ser realizada por homens e mulheres, a maioria brancos, de origem europeia, euro-descendente ou norte-americana, que afirmavam que o passado nacional era muito recente e que as terras baixas americanas não tinham condições ecológicas de sustentar “grandes civilizações”, ou seja, as culturas arqueológicas nacionais nunca alcançaram o grau de “complexidade sociocultural” como dos impérios dos Andes e da Mesoamérica devido ao meio ambiente, considerado

⁵ O Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) foi fundado em 1964 e foi patrocinado pelo CNPq e pela Smithsonian Institution, sendo o Museu Goeldi responsável pelas publicações e reuniões. A coordenação científica do projeto esteve sob responsabilidade de Clifford Evans e Betty Meggers. Sua finalidade era estudar as culturas das florestas tropicais (ou das terras baixas) com o intuito de demonstrar que estas eram limitadas (no que se refere a desenvolvimento tecnológico) devido às questões ambientais locais. A metodologia de campo seguia, em certa medida, o modelo americano, voltado a identificar sítios (do geral ao específico). As categorias evolutivas como arcaico, formativo e clássico – em voga na época e definidas para o continente americano, foram dispensadas e usou-se “tradições”, “fases” e “subfases” como sinônimos de grupos étnicos.

empobrecido (Neves, 2015; Prous, 2019). Além das limitações associadas ao determinismo ambiental e neoevolucionismo, presente nestas explicações, a contribuição indígena, africana ou afro-descendente para a história do Brasil foi completamente desconsiderada.

De modo geral, principalmente no cenário internacional, pode-se dizer que até meados da década de 1960, a Arqueologia servia para colecionar, descrever e classificar objetos; após este período, caracterizou-se pelo estudo das relações sociais e transformações da sociedade através da cultura material e, de 1980 até o presente, vêm assumindo um viés político, relacionado a empoderar sociedades marginais no presente (Johnson, 2000). O início da virada deu-se a partir do paradigma pós-processual, que assumiu a subjetividade da pesquisa arqueológica e a importância de compreender os contextos para analisar os significados dos sítios, dos vestígios e dos discursos produzidos.

Hodder (1982) afirma que para entender, realmente, o vestígio arqueológico é necessário indagar as atitudes das pessoas e suas crenças, compreender os simbolismos e os significados culturais. Nesse sentido, o autor afirma que a materialidade é percebida como signos amarrados a redes ou teias de significados socialmente estabelecidas (Geertz, 2008), logo, para discuti-los é necessário levar em conta as especificidades de cada contexto (Johnson, 2000).

Analisar o contexto torna-se importante para estudar os sítios e os vestígios, mas também para entender como as narrativas são construídas. Assim, desprendendo-se de uma capa cientificista e objetivista, a Arqueologia assume-se como uma narrativa contaminada e contaminante. Os aspectos subjetivos do fazer arqueológico somam-se a uma perspectiva crítica, cujo foco é compreender os conflitos e as contradições sociais, bem como o papel da ideologia no passado e no próprio discurso arqueológico (Leone, 2021a, 2021b, 2021c, 2016). O caráter fundamentalmente político da Arqueologia é desnudado e ela passa a ser uma arena para pesquisadores e pesquisadoras se expressarem politicamente (Leone, 2021a, 2021b, 2021c, 2016, McGuire, 2008).

Apesar dessas mudanças no cenário internacional, no Brasil, as transformações seguem outros rumos. Em meados da década de 1980, tem-se a primeira geração de arqueólogos e arqueólogas brasileiros/as, os quais realizavam, de modo geral, trabalhos descritivos, técnicos, classificatórios, sem discussões teóricas ou problemáticas previamente estabelecidas (Barreto, 1999-2000). A segunda geração de profissionais, contudo, passou a desenvolver trabalhos críticos, colocando em prática perspectivas revisionistas, voltadas a debater a identidade da Arqueologia Brasileira e investigar novos temas de estudo ou retomar temas antigos para os analisar com outras nuances (Barreto, 1999-2000).

Em meio a esse processo de mudança, em meados dos anos 2000, o licenciamento ambiental ganhou força e passou a ser fortemente regulamentado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Neste cenário, a maioria dos/as profissionais dedicaram-se (e ainda se dedicam) a realizar trabalhos preventivos em áreas que serão atingidas negativamente por obras de engenharia e infraestrutura. Vários cursos de graduação foram criados para atender as demandas do crescente mercado de trabalho, ditado, sobretudo, por megaempreendimentos (Bueno, 2011; Bezerra, 2008; Zarankin & Pellini, 2012).

Nesse contexto, conforme expõe Bueno (2011), as preocupações preservacionistas definiram (e ainda definem) a agenda da Arqueologia brasileira e, atualmente, elas estão fortemente influenciadas pelo mercado. Não é incorreto afirmar que o mercado passou a definir onde as pesquisas serão realizadas, posto que as intervenções arqueológicas são feitas, na sua maioria, aonde os empreendimentos serão implantados; é ele quem define, em grande parte, o tempo que será dedicado as pesquisas, posto que os trabalhos de campo devem seguir o cronograma dos canteiros de obras (os trabalhos de laboratório, quando previstos, também devem ser feitos da forma mais expedita possível), por fim, é ele também quem vêm definindo a formação de novos profissionais, já que muitos cursos de Arqueologia do Brasil (não todos, mas grande parte deles) foram criados com o intuito de formar mão-de-obra para atuar nestes trabalhos (Bezerra, 2008).

O caráter tecnicista e a metodologia semelhante à realizada pelo PRONAPA, colocada em cheque pela segunda geração de arqueólogos e arqueólogas brasileiros/as, voltam à cena em muitos projetos de licenciamento ambiental, ou seja, a maioria dos pesquisadores e pesquisadoras opta por realizar escavações verticais, com o intuito de entender a estratigrafia dos sítios, prospecções numerosas, rápidas e de baixo custo, com ênfase em sítios superficiais, intervenções com limitadas coletas de superfície e vestígios estudados como amostragens de todo um sítio ou região, visando apresentar tradições, fases e sub-fases arqueológicas (Barreto, 1999-2000).

A maioria dos megaempreendimentos, de alto impacto socioambiental, que recebem a autorização das arqueólogas e dos arqueólogos para funcionar - posto que estes assinam a liberação da área, do ponto de vista arqueológico, para sua implementação - afetam, sobretudo, a vida de populações indígenas e tradicionais (Rocha *et al.*, 2013; Zarankin & Pellini, 2012).

Apesar do exposto, a Arqueologia Brasileira resiste! Neves (2015) defende que, ao invés de importar perspectivas teórico-metodológicas e utilizar conceitos de outras disciplinas, a arqueologia nacional tem o potencial de se assumir enquanto referência teórico-metodológica para outros países e disciplinas. Incorporando novas ontologias - seja de grupos indígenas, quilombolas, ribeirinhos ou de outros coletivos - e levando a sério a agência da materialidade, algumas das pesquisas realizadas no Brasil, alinhados às propostas decoloniais, tem impulsionado o seu repensar crítico, sugerindo perspectivas revisionistas e de engajamento político, conforme demonstra alguns textos presentes neste dossiê.

Arqueologia Crítica, como Ação Política, “que Importa” e outras: do que se tratam?

Diante desse histórico e pensando o latente processo de renovação pelo qual a Arqueologia vem passando, irei mapear autores e autoras que vêm abrindo novos caminhos para uma arqueologia politicamente engajada.

Inicialmente, destaco o trabalho de Leone (2021a, 2021b, 2021c, 2016) que desenvolveu estudos pioneiros sobre Arqueologia Afro-Americana, Arqueologia do Capitalismo e Arqueologia Crítica; bem como de McGuire (2008) que propõe “Arqueologia como Ação Política”, a caracterizando como uma ferramenta de emancipação social e de Sabloff (2008) que apresenta uma “Arqueologia que Importa”, pensando os usos práticos da disciplina para resolver problemas contemporâneos.

Há cerca de 40 anos Leone (2021a, 2021b, 2021c, 2016) tem desenvolvido ações educativas com o intuito de promover o engajamento público com os projetos que desenvolve. Investigando jardins, correlatos materiais de hábitos à mesa, sítios afro-americanos e cidades (entre outros), o autor propõe uma compreensão emancipatória do passado, colocando o presente em perspectiva e demonstrando como a pesquisa arqueológica promove conhecimentos capazes de tornar as pessoas mais reflexivas e críticas.

De forte base marxista e apoiado em Althusser, Leone (2021a, p.146) coloca em debate o conceito de ideologia, o qual define enquanto “dados da vida cotidiana, aqueles despercebidos e vistos como certos, ativados e reproduzidos no uso. Ela [a ideologia] é o meio pelo qual a desigualdade, a escravidão, a frustração, etc. se tornam aceitáveis, racionalizadas ou ocultas”. Segundo o autor, a ideologia contribui para manter a sociedade pacífica em face da exploração, e, por consequência, o seu desvelamento, ou seja, tomar consciência da sua existência, leva a emancipação; sendo assim, é justamente no desvelamento dos discursos ideológicos que a Arqueologia deve atuar, ou seja, sua finalidade é a de promover, por meio do estudo da materialidade, um quadro histórico que explique como as estruturas de poder e a desigualdade se construíram ao longo do tempo e como a ideologia “oculta e mascara a exploração, ou a racionaliza, naturaliza ou supernaturaliza” (Leone, 2021a, p.146).

Alinhando a uma Arqueologia Crítica, o autor defende que o estudo do passado tem por finalidade fornecer conhecimentos sobre as circunstâncias atuais com o intuito de “iluminar” relações de subordinação no presente. Leone (2021c) afirma que os pesquisadores e as pesquisadoras devem assumir o compromisso com a compreensão do passado de forma consciente, o que envolve o entendimento do contexto e do significado dos vestígios e sítios, bem como um posicionamento claro em favor da conscientização e crítica social.

Para Leone (2010), arqueólogos e arqueólogas não estudam fatos a partir de garrafas, latas e pratos quebrados; segundo ele, as perguntas que as pessoas fazem sobre seu passado e as quais estamos interessados em debater, envolve o reconhecimento de histórias legítimas, colocadas para o público de modo que seja promovido, através delas, autorrespeito e esperança. O autor propõe, ainda, o entendimento das próprias narrativas arqueológicas enquanto recursos ideológicos e reforça o caráter subjetivo da disciplina (Leone, Potter Jr & Shackel, 2021).

Tendo alguns pontos em comum com Leone (2021a, 2021b, 2021c, 2016), McGuire (2008) aprofunda o debate sobre “Arqueologia como Ação Política”, desenvolvendo pesquisas no sudoeste dos Estados Unidos e na fronteira com o México. Nestas, discute conceitos como relações de poder, alienação social e movimentos sociais de repressão e resistência. Um dos seus trabalhos de grande significado é o que desenvolveu com o Coletivo Ludlow, no qual abordou o movimento grevista de mineiros do Colorado e o massacre ao qual foram submetidos (McGuire, 1999)⁶. De forte base neomarxista, McGuire (2008) intersecciona discussões sobre

⁶ Segundo McGuire (1999), a região do Colorado nos EUA era a oitava maior produtora de carvão do país no início do século XX. Nela, estava instalada a companhia Rockefeller, que, no ano de 1913, empregava 14 mil mineiros, sendo 70% estrangeiros (principalmente italianos e gregos, mas também austro-húngaros, poloneses, africanos, mexicanos, japoneses, irlandeses e outros). As condições de vida e de trabalho nas minas e seu entorno eram as piores possíveis, as taxas de acidente eram altíssimas e muitos mineiros viviam em acampamentos provisórios perto dos veios de carvão. As companhias, donas das minas,

classe social, identidade de gênero, raça e etnia (entre outros) e discute a experiência vivida dos trabalhadores e das trabalhadoras, tornando encorpado o cotidiano de minas, fábricas e outros lugares de trabalhos.

Apesar de soar contraditório com suas ideias, o autor acredita que, dificilmente, a Arqueologia possa engajar-se em lutas políticas capazes de mudar o mundo, segundo ele, os arqueólogos e arqueólogas não dirigem exércitos, não dão forma a economia, não escrevem leis, não prendem ou libertam pessoas de sujeição; logo, não são capazes de acabar com a fome ou a guerra mundial. Porém, por outro lado, a disciplina pode contribuir com o entendimento histórico e crítico da ideologia capitalista, que promove um cenário de violência e exclusão; e essa conscientização, potencialmente, contribui para que as pessoas possam agir de forma mais humana e democrática; e isso, sim, pode mudar o mundo.

O autor afirma que estamos sempre agindo no Mundo; no entanto, nem sempre agindo de forma emancipatória. Na perspectiva da Arqueologia como Ação Política, agir de forma emancipatória traduz-se em “práxis arqueológica”, que se caracteriza por uma ação teoricamente orientada, emancipatória e engajada ao lado dos grupos oprimidos. A práxis arqueológica implica o tripé “conhecimento, crítica e ação”: conhecimento pressupõe, por exemplo, compreender a história de formação do sistema capitalista; crítica, neste caso, se caracterizaria por entender e expor o quanto violento este processo foi para povos colonizados; e ação trata-se de colocar a disciplina como uma ferramenta de emancipação e de empoderamento de minorias sociais no presente.

Levando em conta que a ação política dos arqueólogos e das arqueólogas não é ostensiva (conforme ele explicou anteriormente), colocar em prática uma práxis arqueológica perpassa a exposição da alienação social, deixando evidente como, historicamente, trabalhadoras e trabalhadores vem sendo expropriados do produto final que ele/elas mesmos/as produziram, os/as levando a vender sua força produtiva por baixos preços,

controlavam comida, aluguel, saúde, lazer, quem entrava e saía da cidade e, principalmente, a política. Em fins de 1913 um acidente aconteceu em uma dessas minas e vários trabalhadores faleceram. Para relatar o acidente, McGuire (1999) apresenta a memória de sua avó, moradora destes acampamentos e que aos 14 anos lembra-se que devido a um desastre muitos homens da sua família nunca mais foram vistos. A situação do acidente deflagrou uma greve que já estava eminente, o Movimento Sindical Mineiro enfrentou a forte repressão de pessoas armadas da Cia Rockefeller e forneceu ajuda financeira aos grevistas, que tiveram seus salários cortados. Apesar da forte pressão, os grevistas mudaram seu acampamento para a entrada da mina e lá estabeleceram cerca de 1200 pessoas, com o intuito evitar que pessoas voltassem a trabalhar. A fim de acalmar os ânimos, a Guarda Nacional dos Estados Unidos foi enviada, no entanto, diante da resistência grevista, esta abandonou o local sem ter nenhum sucesso. Diante disso, a Cia Rockefeller armou seus funcionários para resolver a situação com mais violência. Sabendo dessa movimentação, os mineiros grevistas construíram porões sob as barracas dispostas no acampamento improvisado e fizeram trincheiras com rifles a fim de se proteger. Em abril de 1914, a Cia Rockefeller solicitou uma conversa com o líder sindical dos grevistas para negociação, sabendo que poderia ser uma emboscada, este aceita participar do acordo, mas vai acompanhado de outros mineiros armados. Porém, enquanto se dirigia ao local, na colina situada próxima ao acampamento, uma metralhadora fora instalada pela Cia Rockefeller e esta começa a disparar tiros “em tudo que se move”: homens, mulheres, crianças, idosos, animais etc. Além da metralhadora, 200 soldados da companhia somam-se a carnificina e uma nova metralhadora fora instalada em outra colina. Para fugir do massacre, pessoas se refugiaram nos porões das barracas, nos rios e em uma ponte de trem. Segundo o autor, foi um cenário de guerra, carnificina e um massacre. O tiroteio contra os mineiros e suas famílias só foi estancado quando um trem estacionou entre a linha de tiro e o acampamento; neste momento, algumas pessoas conseguiram fugir. Após ter cessado os tiros, os soldados da companhia saquearam o acampamento e o incendiaram, matando, inclusive, pessoas que estavam escondidas nos porões sob as barracas. O massacre teve repercussões na cidade e junto a outras minas de carvão, após o ataque, grevistas do Sul do Colorado destruíram a cidade e também sedes da companhia Rockefeller. Ao final, tropas federais foram enviadas para “estabelecer a ordem” e a greve continuou até o fim de 1914.

perder o controle da produção e da própria vida (ideias comuns as de Leone, 2021a, 2021b, 2021c, 2016 e que se associam a conceitos de base marxista ou neomarxista, respectivamente).

Com o intuito de expor a alienação social, o autor destaca a especificidade da Arqueologia em face de outras disciplinas: a análise da materialidade. Segundo ele, raramente as pessoas comuns falam de suas vidas cotidianas, porém “criam um registro arqueológico da acumulação de pequenas ações que fazem sua experiência vivida. Assim, o registro arqueológico consiste, primordialmente, de vestígios das vidas mundanas, sendo que toda pessoa deixa traços neste registro material” (McGuire, 1999, p.392). Através da materialidade (fonte de informação democrática, posto que todo mundo possui coisas e/ou gera lixo) é possível acessar grupos subalternos que deixaram raros (ou nulos) documentos escritos acerca da sua existência, além disso, a materialidade permite discutir eventos cotidianos e não apenas os fatos políticos dignos de nota pela história oficial. Dessa forma, através do estudo da materialidade, é possível trazer à tona pontos de vistas alternativos à metanarrativas históricas e abordar as trajetórias de vida de pessoas comuns e não só daqueles que possuem nome e sobrenome e que são normalmente citados nas fontes oficiais.

De forma enfática, McGuire (2008) afirma que uma práxis arqueológica necessariamente deve pressupor colaboração com as comunidades. Segundo ele, a nossa atuação deve envolver “a mente, as mãos e o coração”, ou seja, subentende uma reflexão crítica sobre o passado (mente), configura-se enquanto uma práxis emancipatória e uma artesanaria⁷ (mãos) e envolve afetar-se, verdadeiramente, pelos problemas sociais que as comunidades enfrentam (coração). A colaboração se traduz em ações de cooperação com diferentes agrupamentos sociais com o intuito de assimilar seus objetivos, interesses e práticas; bem como o estabelecimento de diálogos com estes coletivos visando avançar no sentido de promover atividades cujo desenvolvimento abarque as necessidades do público não-arqueológico e não só do arqueólogo ou da arqueóloga proponente do trabalho. Na sua opinião, uma prática arqueológica colaborativa não pressupõe deixar em segundo plano a autoridade dos arqueólogos e das arqueólogas, mas ser flexível às necessidades comunitárias, traduzi-las e negociá-las. Também pressupõe não alienar as comunidades do seu próprio patrimônio, história, benefícios econômicos e lazer, ou seja, de antemão, o arqueólogo e a arqueóloga devem se posicionar contrário às multinacionais ou construtoras que financiaram (ou financiam) campanhas políticas, estando sempre em favor das pessoas, dos coletivos e das gentes.

O autor também destaca o quanto importante é que as narrativas arqueológicas sejam capazes de desconstruir o mito de um passado comum e harmonioso. A título de exemplo, lembra que, no período colonial, o grupo doméstico que habitou a casa grande e os grupos escravizados, que viviam nas senzalas, tiveram experiências muito distintas deste mesmo período histórico, portanto, trazer à tona estas dissonâncias é uma forma de contar histórias alternativas. De forma análoga e provocativa, o autor afirma que tal entendimento é importante para que, enquanto pesquisadores e pesquisadoras, sejamos capazes de transcender

⁷ Artesania pode ser entendido como saber fazer, que, no caso da arqueologia, associa prática de campo e atividades teoricamente orientadas.

o interesse de classe burguês que integramos enquanto cientistas, realizando críticas ao viés elitista e androcêntrico da disciplina e incluindo o colonizado como protagonista do passado (e do presente).

Na mesma linha crítica, Sabloff (2008) defende uma “Arqueologia que Importa”; porém, diferente de Leone (2021a, 2021b, 2021c, 2016) e McGuire (2008), acredita que a Arqueologia pode ser mais do que “um exercício fascinante de iluminação do passado”. Segundo o autor, mais do que compreender criticamente como a sociedade atual se estruturou e assumiu contornos violentos e excludentes, a Arqueologia tem a capacidade de sugerir perspectivas únicas para “os males do mundo” e soluções reais para sua superação. O autor cita diversas temáticas nas quais este potencial pode ser desenvolvido, entre elas: sustentabilidade, crise ambiental, guerras e urbanismo.

A partir de um estudo de caso sul-americano, desenvolvido no Peru e na Bolívia, Sabloff (2008) cita técnicas agrícolas sofisticadas, desenvolvidas pelos povos pré-colombianos, que podem ser seguidas atualmente por camponeses da região e que são mais eficazes do que as atualmente praticadas. Na região do Lago Titicaca foram identificados remanescentes de “agricultura de campo elevado”, que, em resumo, trata-se de uma técnica que envolve o levantando de partes do solo através da escavação de canais no entorno de áreas agricultáveis, gerando um entrelaçamento entre canais e campos, com intensiva modificação da paisagem. O resultado é efetivo porque, entre outras razões, permite que mais calor seja retido no solo, tornando os campos mais férteis e proporcionando que eles venham a ser constantemente utilizados. Nesse exemplo, o autor afirma que além de recuperar uma técnica ancestral esquecida, os arqueólogos e as arqueólogas, responsáveis pela pesquisa, desenvolveram um projeto-piloto junto aos camponeses da região com o intuito de lhes ensinar esse conhecimento e, com isso, aprimorar o quadro econômico destas comunidades, tornando suas colheitas mais produtivas e rentáveis.

Além deste exemplo, Sabloff (2008) analisa o colapso da Sociedade Maya a fim de debater como uma comunidade complexa, adaptada há mais de um milênio em uma região de floresta tropical, com população muito maior do que a atualmente existente, sucumbiu por fatores multicausais, sendo alguns destes muito semelhantes aos problemas socioambientais que enfrentamos atualmente. Os principais fatores que explicam colapso Maya, na perspectiva de Sabloff (2008), foram: terremotos e outros desastres ambientais, revoltas camponesas e guerras (entre outros). Segundo o autor, a sociedade Maya presumiu que os desastres ambientais estavam acontecendo porque os Deuses deveriam estar “bravos”, logo, para os acalmar, seria necessário construir novos monumentos em sua homenagem. Esta escolha os deixou ainda mais vulneráveis, posto que, por um lado, demandou maior utilização de mão-de-obra nas obras que deveriam ser feitas aos Deuses, diminuição de pessoas trabalhando no campo, conseqüentemente, menos alimentos sendo produzido e, por outro lado, gerou mais desmatamento das florestas, que já estavam bastante fragilizadas, assim como, o uso crescente de água, cada vez mais escassa. Estes fatores, em conjunto, acirraram ainda mais os problemas socioambientais existentes.

Segundo Sabloff (2008), algumas lições podem ser aprendidas destas escolhas: 1) as formas frequentemente utilizadas para resolver problemas socioambientais pode nos deixar cegos sobre o quanto

ineficazes elas são e como suas consequências podem ser ainda mais devastadores⁸; 2) os líderes e seu povo precisam ser céticos às soluções apresentados, questionando as escolhas sugeridas e não aceitando passivamente a ideologia dominante⁹; 3) novas soluções tecnológicas não foram sugeridas pelos líderes Maya e poderiam ter os salvado¹⁰; e 4) o autor destaca a importância da água e da conservação ambiental para a sobrevivência da humanidade¹¹.

Os exemplos citados, associados a trajetórias mal e bem-sucedidas, evidenciam a habilidade dos arqueólogos e arqueólogas em analisar a ocupação humana do território na longa duração, unindo aspectos ecológicos e sociais. Nesse sentido, o autor demonstra como o saber arqueológico tem agregado novos pontos de vistas para o debate de temas como o Aquecimento Global. Segundo ele, de modo geral, esse assunto tem sido tratado de forma superficial por ambientalistas ou gestores e as soluções sugeridas, muitas vezes, carecem de profundidade temporal. Dados arqueológicos têm apresentado novas perspectivas para esta discussão, visto que tornam evidente como o aumento dos níveis de metano e de dióxido de carbono no ambiente, chaves nessas reflexões, não resultam da Revolução Industrial ocorrida há cerca de 200 anos, mas se trata de uma das consequências das atividades humanas realizadas há cerca de 8 mil anos antes do presente. Ainda que estes índices tenham aumentado rapidamente nos últimos 200 anos, suas trajetórias têm sido ascendentes há milênios. O aumento do metano, por exemplo, pode estar fortemente vinculado às irrigações, especialmente o cultivo de arroz, iniciado no Leste da Ásia, em torno de 3 mil anos A. C., já o aumento dióxido de carbono possui relação com a expansão mundial da agricultura, iniciado há cerca de 6 mil anos A.C. Assim, os dados levantados a partir de pesquisas arqueológicas têm fornecido quadros diagnósticos mais amplos acerca do aquecimento global e, a partir deles, novos argumentos e soluções, realmente sustentáveis, tem sido considerada por climatologistas e demais pesquisadores ambientais.

Apesar de enfatizar a aplicabilidade da Arqueologia para resolver problemas contemporâneos e ressaltar a habilidade dos pesquisadores e pesquisadoras em tratar de problemas atuais na longa duração, o autor situa, na maior parte dos exemplos, a Arqueologia como uma disciplina que produz conhecimentos sobre o passado. Ainda que o autor sugira relação prática entre passado e presente e seja inovador nos exemplos que apresenta, é importante pontuar que a disciplina não se restringe apenas ao estudo do passado, ou seja, é possível transcender essa limitação temporal e considerar a capacidade da Arqueologia em desenvolver pesquisa no/sobre/com o presente. Como exemplo, destaco os trabalhos de Garbologia desenvolvidos por Rathje e

⁸ Neste aspecto, o autor faz uma analogia com a situação de poluição no centro de Los Angeles e a busca de grupos de elite por viver em áreas de subúrbios, no entorno das cidades, como uma forma de fugir da poluição, porém, tal escolha gera ainda mais poluição, já que as pessoas continuam utilizando o carro para ir e vir do trabalho (Sabloff, 2008).

⁹ Daí a importância de promover um conhecimento do presente mais crítico e reflexivo baseando no processo histórico vinculado a desnudar as ideologias e a estruturação de uma sociedade desigual e injusta, conforme já proposto por McGuire (2008).

¹⁰ Segundo Sabloff (2008) existia a possibilidade do uso do metal (ouro e prata) entre os mayas para a confecção de ferramentas a serem utilizados no plantio ou na colheita e isto poderia ter melhorado a atividade agrícola e contribuído para a solução do problema de abastecimento, no entanto, esta solução sequer foi cogitada, já que tais matérias-primas eram tradicionalmente utilizados para fins ritualísticos e não funcionais

¹¹ Ao invés de propor formas mais sustentáveis para superar a crise ambiental, a sociedade Maya optou por manter o mesmo estilo de vida, que demandou ainda mais do meio ambiente e isto também acelerou no seu colapso (Sabloff, 2008).

Murphy (2001) sobre lixeiras e aterros sanitários que apresentam perspectivas originais sobre temas como: sustentabilidade, desperdício de comida e reciclagem de lixo. Lembro ainda dos trabalhos sobre arqueologia dos sem-teto, desenvolvidos por Kiddey, Daffnis, Brat (2015) e Zimmerman e Jessica (2011), que trazem perspectivas originais sobre populações vulneráveis que vivem nas cidades e que normalmente se recusam a falar sobre suas vidas, mas que podem ser melhor compreendidas a partir da análise da materialidade que as acompanham.

Além destes, um conjunto de pesquisas realizadas no Brasil colocam a disciplina como uma ferramenta de empoderamento de grupos marginais e vêm contribuindo com processos de demarcação de terra indígenas ou quilombola, e valorização de identidades subalternas. Nesse sentido, destaco, em primeiro lugar, pesquisas arqueobotânicas associadas a terra preta na Amazônia (Silva, 2009), a expansão da Floresta da Araucária em Santa Catarina (Cruz *et al.*, 2022) ou ainda do ambiente frutífero de restingas em zonas litorâneas do Rio de Janeiro (Scheel-Ybert & Boyadjian, 2020), os quais, em conjunto, atestam que as nossas paisagens atuais são legados de povos indígenas, ou seja, são resultados de anos de manejo ambiental e estão diretamente associados a um modo específico de interação humano-meio, que é ancestral e mais sustentável do que a contemporânea. Estudos arqueológicos que seguem essa perspectiva têm assegurado que o vínculo estabelecido entre as sociedades indígenas do passado e do presente com seu território é um elemento agregador de pertencimento identitário do grupo, o qual reforça um sentimento de responsabilidade coletiva sobre o lugar e sobre comunidade, criando laços que garantem a sobrevivência, resistência e resiliência dessas sociedades. As implicações políticas dessas análises perpassam o entendimento de que os grupos indígenas ocuparam amplas áreas para diversas atividades produtivas, cerimoniais, ritualísticas e outras, portanto, mais do que identificar o local de moradia direta desses grupos, os estudos arqueológicos demonstraram como todo o território era (e ainda é) necessário para a sua sobrevivência (Silva, 2009; Zedeño, 2016). Tais propostas evidenciam, por um lado, a enorme dívida histórica existente com estas populações, posto que o ambiente atual que vivemos vêm sendo transformado por eles ao longo de milênios, e, por outro lado, demonstram que negar terra aos indígenas, ou reduzir suas vidas apenas a um local de residência, é negar a sua existência, já que suas identidades estão intimamente imbricadas ao lugar que vivem.

Além de trabalhos arqueobotânicos, pesquisas de Arqueologia Indígena vêm abrindo espaço para que as comunidades possam opinar em assuntos que, até então, eram de domínio exclusivo da Academia ou do Estado. Conforme McGuire (2008), a Arqueologia Indígena tem construído uma práxis que desafia o colonialismo no sentido de evidenciar que, até recentemente, eram “os descendentes dos conquistadores que estudavam os ancestrais dos povos nativos conquistados”. Estas pesquisas deixam evidente que o passado estudado pelos arqueólogos e arqueólogas fazem parte da história de pessoas que estão vivas, negar-lhes o direito a contar suas histórias, nos seus próprios termos, é uma camada a mais de violência sobre suas existências. Como exemplo de pesquisas que se alinham a estas propostas, destaco os trabalhos de Silva (2011) quem desenvolve trabalhos colaborativos com indígenas Assurini do Xingu, localizada no Estado do Mato Grosso. O trabalho evidencia características culturais que marcam o grupo e denuncia uma história de violência e expropriação que estas

populações foram (e ainda são) submetidas. A pesquisa envolveu os Assurini em várias etapas do trabalho, desde a elaboração do projeto, definição da logística do projeto, até a sua contratação como guias na expedição realizada pelo igarapé Ipiaçava, ocasião em que foram definidos, colaborativamente, os locais de acampamento dos pesquisadores e pesquisadoras e a identificação dos sítios que seriam pesquisados. Além de serem contratados como auxiliares no levantamento do potencial arqueológico da região, os indígenas foram responsáveis pela elaboração de parte do material audiovisual que registrou o trabalho desenvolvido. Coletivamente, foram construídos conhecimentos que trataram da origem e expansão dos povos Tupi no país, do surgimento dos Asurini do Xingu, da natureza e a autoria dos vestígios arqueológicos e da filosofia ameríndia sobre a relação humanos-natureza-sobrenatureza.

Silva (2011, p. 266) afirma que “como profissional da arqueologia, acredito que nossa prática e interpretação sobre o passado devam levar em consideração as múltiplas vozes interpretativas sobre a trajetória humana no passado”, ou seja, a arqueologia deve ecoar a polifonia que marca nossa história, colocando em evidência outras formas de existências e de narrativas possíveis.

Alinhado a esta perspectiva, Cabral (2014a, 2014b) trabalhou com os povos Wajãpi do Amapá. Segundo a autora, o contato com eles foi motivado pela curiosidade do grupo acerca de um conjunto de cerâmicas encontradas no solo e no subsolo que eles não reconheciam. Os Wajãpi preocupavam-se, ainda, com a preservação destas peças, as quais, às vezes, quebravam no afã indígena de tirá-las da terra. Cabral (2014a, 2014b) informou que os objetivos do seu trabalho foram se transformando à medida que a pesquisa se desenvolvia, ao invés de ensinar o que era arqueologia, sítios e vestígios, a pesquisadora passou a analisar a maneira como os Wajãpi constroem narrativas sobre o passado, utilizando os vestígios arqueológicos, ou seja, a forma como os indígenas sistematizam conhecimentos, nos seus próprios termos, a partir da materialidade, ativando e atualizando as suas memórias e história oral. Segundo a arqueóloga, não existe uma relação direta entre um vestígio e a história que se conta dele, quer dizer, o vestígio arqueológico não é o passado, o passado é construído e a Arqueologia Acadêmica é uma forma de fazer isso, mas não a única. Diante disso, a autora afirma que a Arqueologia é uma maneira de construir narrativas sobre o passado pousadas nos vestígios materiais, e segundo suas observações de campo, os indígenas também fazem isso, nesse sentido, de forma provocativa, Cabral (2014b) questiona: “e se todos fossem arqueólogos?”

Avançando no questionamento, alguns cursos de graduação em Arqueologia têm se especializado, justamente, na formação de indígenas arqueólogos e/ou indígenas licenciados. Pesquisadoras como Camila Jacome (2020) e Juliana Machado (2017) (entre outros), da UFSC e da UFPA, respectivamente, vêm contribuído nesse processo. Aos poucos, cada vez mais, indígenas recebem o diploma de arqueólogos e vêm contribuindo com a transformação dos paradigmas da disciplina.

Da mesma forma, trabalhos sobre grupos escravizados como os desenvolvidos por Symanski (2012, 2016), Torres (2016), Torres e Agostini (2012) e Lima (2016, 2020, 2013), entre outros, recontam a história do país a partir de fontes e pontos de vistas alternativos. Estudos sobre grupos quilombolas, como o desenvolvido por Lemos (2014) na Chacrinha dos Pretos, em Minas Gerais e as pesquisas de arqueologia

afrocentrada, promovidas pelo Coletivo Negrarqueo¹², têm impulsionado um arejamento da disciplina e uma forte crítica a suas bases preconceituosas e racistas. Além destes, estudos sobre Arqueologia da repressão e resistência, associados a Ditadura Militar (Funari & Zarankin, 2006; Barreta, 2014; Lemos, 2019), são exemplos de pesquisas que endereçam a Arqueologia junto a uma prática declaradamente política.

Ainda que estes trabalhos não sejam a maioria, os exemplos são muitos e caminhos estão sendo abertos, a disciplina nunca foi tão interessante, para nós e para os outros. O volume demonstra essa diversidade e reúne estudos de toda a América Latina voltados a desenvolver uma Arqueologia que importa.

Artigos do dossiê

O dossiê é formado por 14 artigos inéditos e 1 tradução. Assuntos como análises teóricas, autorreflexivas e críticas em Arqueologia; estudos etnográficos, decoloniais, de gênero; sobre materialidades contemporâneas, sustentabilidade, licenciamento ambiental e outros foram contemplados.

O primeiro bloco de textos, que abordam estudos etnográficos e incluem outras ontologias nas narrativas arqueológicas, compreende os artigos:

“Arqueología como política. De la res cogitans a la decolonialidad de la práctica”, dos autores, Rafael Pedro Curtoni e Augusto Santiago Oliván, o qual apresenta uma discussão teórica acerca da dimensão política da Arqueologia, debatendo conceitos e os contornos históricos a partir da perspectiva sul-americana e Argentina. O trabalho debate, também, as implicações negativas da disciplina sobre a vida de povos originários, especialmente quando associada a escavação de corpos humanos, coleta, renomeação e classificação disciplinar. Ao final, a pesquisa sugere ideias, a partir de uma perspectiva decolonial, que visam superar estas limitações e pensar outras formas de construir a Arqueologia.

O segundo artigo denomina-se “A Arqueologia como prática cosmopolítica: ideias preliminares a partir do enfoque ontológico recursivo”, do autor Daniel Grecco Pacheco, que incorpora, no “fazer arqueológicos”, outras ontologias, saberes e filosofias. Nesse sentido, a noção disciplinar de sociedade passa a incluir a presença e a ação de outras entidades e seres de diferentes mundos. A proposta de uma Arqueologia como uma prática Cosmopolítica parte “dos seres/envoltórios de tecido entre os mayas de diferentes temporalidades e sua participação nas relações cosmopolíticas desses grupos”.

O terceiro artigo tem como título “Arqueologia no território do sacrifício”, do autor Alejandro Haber e Luciana Fernández, no qual são analisadas teias territoriais e os grupos que atuam em Ancasti, Argentina, identificando o conflito em torno das relações de sentido que eles estabelecem com este território. A autora e o autor apresentam os seguintes actantes do conflito: a) moradores e moradoras tradicionais, denominado no texto como “conterrâneos”; b) pessoas de fora da região e que ali se instalaram, denominadas como “hippies”; c) a própria ciência, em específico, a Arqueologia Disciplinar, Arqueologia Pós-disciplinar e Arqueologia

¹² Mais informações sobre a Rede de Arqueologia Negra (Negrarqueo) podem ser acessadas nas suas páginas do Instagram e Facebook.

Indisciplinada; d) o Estado, que de forma contraditória, por um lado, estimula a preservação patrimonial e o turismo; e, por outro lado, fomenta a exploração de recursos energéticos (ambos, contudo, voltados ao lucro); e d) as próprias empresas multinacionais de exploração do lítio, que visam a exploração de minérios. Atribuindo agência a todos envolvidos (por isso denominados de actantes) e sem identificar “mocinhos ou vilões”, o autor e a autora expõem o fluxo entre eles, tornando evidentes suas cumplicidades epistêmicas básicas, as quais os alinham e reorientam conforme seus agenciamentos territoriais e sentidos com o território.

O quarto artigo de título “Águas ancestrais: cultura material, noção de transformação e xamanismo nas estearias, Amazônia brasileira”, dos autores Alexandre Guida Navarro e Pedro Paulo Funari, analisa o material cerâmico recuperado nas palafitas de Formoso, um povoado pré-colonial sobre palafitas dos séculos IX-X D.C., localizado na Baixada Maranhense, leste da Amazônia. Vinculando-se as “teorias das novas materialidades”, os autores discutem os vestígios cerâmicos como materializações de cosmologias baseadas no xamanismo e, incluem nas suas explicações, reflexões sobre seres folclóricos, como o Curupira, que mantém viva, junto a população, uma tradição cosmológica ameríndia.

O quinto artigo, de título “Relações animistas e ontologias relacionais em sítios arqueológicos”, dos autores Klaus Hilbert e Filipi Gomes de Pompeu, tem por objetivo levar a sério as ontologias multidimensionais de produção de conhecimentos e pensar, a partir desta perspectiva, o mundo contemporâneo. Lixões, supermercados e sítios arqueológicos (entre outros) são percebidos em um mundo híbrido, no qual atores-mediadores tendem a se amontoar, agenciarem-se e se relacionarem. De linguagem alternativa, o texto é provocativo e questionador.

O sexto artigo denominado “Práticas espirituais esquecidas: memória para a resistência das religiões afro-brasileiras”, da autora Tania Andrade Lima, apresenta o resultado de trabalhos realizados em 15 sítios arqueológicos do século XVIII e XIX do centro do Rio de Janeiro, os quais apresentam evidências de práticas espirituais de africanos escravizados e seus descendentes. O estudo analisa materiais vinculados as religiões de matriz africana e traz à tona práticas que foram intensas no passado e que hoje estão esquecidas ou assumiram novos formatos.

O sétimo texto, denominado “Existimos e resistimos: arqueologia como ação política e a valorização de memórias subalternizadas”, das autoras Beatriz Valladão Thiesen e Vanessa Avila Costa, apresenta dois projetos de extensão desenvolvidos no âmbito do Liber Studium - Laboratório de Arqueologia do Capitalismo da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), um deles realizado na Praça Tamandaré e outro na Fábrica Rheingantz. No primeiro, concomitante a escavações arqueológicas, foram realizadas atividades como: conversas, chás, brincadeiras, mostras fotográficas e pinturas com os usuários do local. No segundo, com foco nos objetos da fábrica e a história das operárias, foi realizada uma Exposição Arqueológica Digital, uma Roda de Memória e um documentário. Em diálogo com o público, os trabalhos deixaram evidente que a cidade de Rio Grande também foi construída pela comunidade negra, por operárias(os) e outros grupos subalternizados. As ações realizadas demonstram a importância de abrir mão do controle expressivo da agenda de pesquisa e colocar em prática uma colaboração realmente significativa e eficaz com o público não-arqueológico. O

trabalho demonstra como informações balizadas por sítios e vestígios arqueológicos podem levar a reflexões críticas sobre o presente, tornando a arqueologia, de fato, significativa para todos os envolvidos.

O oitavo texto, da autora Juliana Brandão, também tem uma vinculação direta com debates políticos contemporâneos, seu título é “A nova política de saúde mental e o que a arqueologia tem a ver com isso”. Neste a autora apresenta o caminho que vem percorrendo há quase 10 anos associado ao estudo arqueológico e arquitetônico de hospitais psiquiátricos, são eles: o Hospital de Neuro-psiquiatria Infantil, de Belo Horizonte (tema de sua dissertação de mestrado) e o Hospital Colônia de Barbacena (tema de sua tese de doutorado). Propondo uma Arqueologia da Loucura, a pesquisa analisa a arquitetura, espacialidade e materialidade destes contextos manicomiais, evidenciando como estes lugares e suas práticas destroem as subjetividades dos internos e internas, tornando-os/as dependentes da instituição e sendo estigmatizados/as por ela. Porém, para além e realizar essa crítica histórica, o texto tem por finalidade alertar para os efeitos da experiência manicomial na vida das/os internas/os de tais instituições, colocando em discussão a Nota Técnica n. 11, publicada pelo (des) (ex) governo de Jair Bolsonaro, que retoma práticas manicomiais comprovadamente ultrapassa e desumanas.

A pesquisa da Juliana e de Beatriz Valladão Thiesen e Vanessa Avila Costa evidenciam um passado que, sistematicamente, tem sido esquecido pelas narrativas históricas oficiais; colocando em evidência suas materialidades e trazendo à superfície práticas truculentas e violentas que não estamos autorizados a repetir e esquecer. A pesquisa de Tania Andrade Lima, por outro lado, apresenta práticas espirituais esquecidas que o conhecimento arqueológico foi capaz de lembrar.

O nono artigo, denominado “Prospectando a ciência, sondando arqueopoéticas: a linguagem como campo de disputa política em arqueologia”, da autora Lara de Paula Passos, transborda a escrita textual e apresenta uma narrativa recheada de poesias, que além de serem lidas, podem ser ouvidas. De forma provocativa, alternativa, inovadora e crítica, a autora questiona a narrativa arqueológica, mais precisamente, a linguagem científica-colonializada utilizada pela disciplina para comunicar seus trabalhos. Segundo Lara Passos, mais do que a mensagem em si, a forma como a Arqueologia disciplinada é transmitida também impacta na absorção de seus significados, assim, partindo de uma perspectiva afrocentrada e utilizando-se da arqueopoesia, o texto sugere ferramentas alternativas de um fazer arqueológico político e (e)afetivamente pedagógico, crítico e decolonial.

Os dois textos seguintes associam-se a discussões sobre gênero e feminismo. Flora Villas Carvalho é autora do décimo artigo denominado “Por cidades queer, por cartografias sapatonas: ensaio arqueológico sobre o Stonewall Inn e o Ferro’s bar como lugares de memória LGBTQIA+”. Alinhando-se a uma perspectiva Queer e da Arqueologia da Repressão e da Resistência, o trabalho discute a história de dois lugares de memória do movimento LGBTQIA+: o Stonewall Inn, em NY; e o Ferro’s Bar, em SP, os quais foram palco de práticas repressivas “misógina, racista e lgbtqia+fóbica” em períodos ditatórias; mas também de resistência “queer, feministas, lésbicas, viadas, trans, drags, butches e afeminadas”. A autora apresenta pessoas, coisas, lugares, paisagens e relações sociais-materiais a fim de apontar caminhos de pesquisa que promovam a construção de

narrativas e memórias materiais de partes importantes da história do movimento LGBTQIA+, lésbico e feminista.

O décimo primeiro texto, de título “Sobre coisas, espaços e procedimentos do parir/nascer no mundo contemporâneo: contribuições de um olhar arqueológico”, das autoras Adriana Fraga da Silva e Lindaiara Virgulino Tonelli, analisa a materialidade do processo de parturição a partir de dois contextos: um hospital e uma Casa de Parto. No primeiro, associado ao processo de industrialização do parir, baseada na universalização dos corpos dos ambientes hospitalares e no uso de hipermedicalização, torna-se concreto o controle político sobre o corpo das mulheres “através de procedimentos padronizados, mecânicos e formados por protocolos universais que atendem ao tempo da sociedade industrial”. No segundo, de forma contrária, o foco fundamenta-se “no respeito aos direitos das grávidas, na atenção e no suporte à escolha da forma através da qual querem parir de maneira segura e confortável”. A materialidade em ambos os contextos apresenta, no contexto do Hospital, a parturiente como coadjuvante do seu próprio parto e, no contexto da Casa de Parto, a situa como protagonista do ato de parir. Em defesa do parto humanizado, as autoras demonstram como ele “empodera as mulheres ao passo que o procedimento é instituído através de um processo humanitário que enfatiza a importância da não interferência e do respeito pela fisiologia feminina”. Além de analisar o significado/forma do parir/nascer numa perspectiva cultural (e não biomédica), o texto trata da vinculação entre as coisas, as práticas e os corpos femininos.

O último bloco de textos do dossiê discute a temática do licenciamento ambiental e/ou sustentabilidade. O décimo segundo artigo “Arqueologia do risco e dos desastres modernos na política de limpeza e fracking de Riachuelo na Argentina”, de autoria de Weissel Vietto, Axel Rex, Weissel Álvarez e Marcelo Norman, trata, de forma transdisciplinar à Arqueologia e Antropologia, o registro arqueológico e sua variabilidade em termos de riscos e desastre. O texto realiza uma revisão crítica da literatura acadêmica sobre noções de risco e desastre socioambiental, a fim de sugerir diretrizes teórico-metodológicas que contribuam para definir um marco conceitual que articule ferramentas arqueológicas e antropológicas. A pesquisa aborda dois estudos de caso que envolvem catástrofes e tensões socioambientais na Argentina: o saneamento do riachuelo, bacia urbana da Área Metropolitana de Buenos Aires e o impacto do fracking na inserção da indústria não convencional dos hidrocarbonetos na província de Neuquén.

O décimo terceiro artigo, cujo título é “Peixes não habitam palácios: uma análise sobre o patrimônio arqueológico histórico e as mudanças climáticas no litoral sudeste”, das autoras e autor Luana Cristina da Silva Campos, Aline Vieira de Carvalho, Barbara Marie Van Sebreeck Lutiis Silveira Martins, Thamires Caroline Leonel de Almeida e João Paulo Soares Silva, analisa os efeitos das mudanças climáticas na preservação de sítios arqueológicos históricos, tratando, como estudo de caso, a Ruína da Fazenda na Praia da Lagoa, localizada no município de Ubatuba/SP. O trabalho discute, ainda, a função social das ruínas, pautada na ideia de “povoamento do patrimônio”.

O décimo quarto artigo, de título “Arqueologia e Colonialidade no século XXI: perspectivas a partir de um Museu no Piauí”, do autor Grégoire van Havre questiona teorias e metodologias aplicadas em trabalhos

arqueológicos de cunho acadêmico e empresarial, bem como realizados por instituições museais e de guarda de acervo, que reproduzem comportamentos e ideias associadas as relações de poder coloniais. Refletindo a partir do Estado do Piauí, o autor questiona o método da amostragem por sondagem e o raciocínio transcendental hierárquico acadêmico, afirmando que ambos focam na evidênciação de ocupações densas e padronizadas, invisibilizando populações marginais de baixa densidade no registro arqueológico.

Por fim, o volume encerra-se com a tradução produzida por Vanúzia Gonçalves Amaral do artigo “Modern Material Culture Studies”, do autor William L. Rathje.

Agradeço a Comissão Editorial da Vestígios por ter aceitado esta proposta de volume temático, também agradeço as autoras e autores que submeteram seus trabalhos e aos pareceristas que avaliaram os manuscritos. Desejo uma leitura inspiradora a todos, todas e todes!

REFERÊNCIAS

- Bahn, P. 2000. *Archaeology. A very short introduction*. Oxford: University Press.
- Barreta, J. 2014. *Arqueologia e a construção de memórias materiais da Ditadura Militar em Porto Alegre/RS (1964/1985)*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, Campinas.
- Barreto, C. 1999-2000. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da Arqueologia no Brasil. *Revista da USP*, 44: p.32-51. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i44p32-51>
- Bezerra, M. 2008. Bicho de nove cabeças: Os cursos de graduação e a formação de arqueólogos no Brasil. *Revista de Arqueologia*, 21 (2): p. 139–154, 2008. DOI: 10.24885/sab.v21i2.255.
- Bezerra, M. 2011. As moedas dos índios: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi*. 6 (1): p. 57-70.
- Bicho, N. 2006. *Manual de Arqueologia Pré-histórica*. Lisboa: Edições 70.
- Bruno, M. 1996. Museus de Arqueologia: uma história de conquistadores, abandono e mudanças. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 6: 293-313. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.1996.109276>
- Bueno, L. 2011. Arqueologia, patrimônio e sociedade: quem define a agenda? *Revista Esboços*, Florianópolis, 18 (26): p. 55-72. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2011v18n26p55>
- Cruz, A; Giehl, E; Levis, C; Machado, J; Bueno, L. 2022. Correction: Pre-colonial Amerindian legacies in forest composition of southern Brazil. *PLOS ONE*, 17(5): e0269056. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0235819>
- Caral, M. 2014a. *No tempo das pedras moles: arqueologia e simetria na floresta*. Tese de Doutorado, UFPA, Belém.
- Cabral, M. 2014b. E se todos fossem arqueólogos?: experiências na Terra Indígena Wajãpi. *Anuário Antropológico*, 39: p. 115-132. DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.1269>

- Dias, A. 1995. Um projeto para a arqueologia brasileira: breve histórico da implementação do PRONAPA. *Revista do CEPA*, 19 (22): p. 25-39.
- Dias, A. 1999. Painel dos últimos trinta anos de pesquisas arqueológicas dos caçadores coletores do sul do Brasil. *Revista do CEPA*, 23 (29): p. 49-102.
- Dias, A. 2003. Sistemas de assentamento e estilo tecnológico: uma proposta interpretativa para a ocupação pré-colonial do alto vale do rio dos Sinos, Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado). Museu de Arqueologia e Etnologia, USP, São Paulo.
- Dias, A.; Hoeltz, E. 2010. Indústrias Líticas em Contexto: O Problema Humaitá na Arqueologia Sul Brasileira. *Revista de Arqueologia*, 23 (2): p. 40–67. DOI: 10.24885/sab.v23i2.299.
- Funari, P. e Zarankin, A. 2006. *Arqueologia de La Represión y la Reistencia en América Latina 1960 – 1980*. Córdoba: Encuentro Grupo Editor
- Geertz, C. 2008. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- Gonzalez-Ruibal, A. 2008. Time to Destroy: Anarchaeology of Supermodernity. *Current Anthropology* 49 (2): p. 247–279.
- Gonzalez-Ruibal, A. 2018. *An Archaeology of the Contemporary Era*. Routledge
- Haber, A. 2011. Nometodología payanesa: notas de metodología indisciplinada (con comentarios de Henry Tantalean, Francisco Gil García y Dante Angelo). *Revista Chilena de Antropología*. 23: p.9-49.
- Haber, A. 2012. Un-Disciplining Archaeology. *Archaeologies: Journal of the World Archaeological Congress*, 8 (1): p.55-66.
- Hortolf, C. 2005. *From Stonehenge to las Vegas: Archaeology as Popular Culture*. Oxford: Altamira Press.
- Hodder. I. 1982. *Symbols in Action: Ethnoarchaeological Studies of Material Culture (New Studies in Archaeology)*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Jácome, C. 2020. Aprender e ensinar, algumas reflexões sobre arqueologias indígenas. *Revista Museu de Arqueologia e Etnologia*, 35: 14-35. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2020.163679>
- Johson, M. 2000. *Teoría Arqueológica: una introducción*. Trad. de Josep Ballart. Barcelona: Ariel.
- Kiddey, R.; Daffnis, A.; Brat, M. 2015. Journeys in the City: Homeless Archaeologists or Archaeologies of Homelessness. *Journal of Contemporary Archaeology*, 2 (2): p.217-259.
- Latour, B. 1994a. *Jamais fomos modernos. Ensaios de Antropologia Simétrica*. Trad. Carlos Irineu da Costa. Ed. 34, Rio de Janeiro.
- Latour, B. 1994b. On technical mediation. *Philosophy, sociology, genealogy*. In. *Common Knowledge*, vol 3 (2): p.29-64.
- Leone, M. 2021a. Interpretando a ideologia na Arqueologia Histórica: usando as regras da perspectiva no jardim de William Paca em Annapolis, Maryland. *Vestígios - Revista Latino-Americana De Arqueologia Histórica*, 15(2), 5–24. <https://doi.org/10.31239/vtg.v15i2.35404>

- Leone, M. 2021b. Uma arqueologia histórica do capitalismo. *Vestígios - Revista Latino-Americana De Arqueologia Histórica*, 15(2), 43–70. <https://doi.org/10.31239/vtg.v15i2.35407>
- Leone, M, Potter JR., P, Shackel, P. 2021. Rumo a uma Arqueologia Crítica. *Vestígios - Revista Latino-Americana De Arqueologia Histórica*, 15(2), 143–174. <https://doi.org/10.31239/vtg.v15i2.35411>
- Leone, M. 2010. *Critical historical archaeology*. London e New York: Taylor & Francis.
- Lemos, C. 2014. Se me der licença, eu entro; se não der, eu vou embora: Patrimônio e Identidade na comunidade quilombola Chacrinha dos Pretos (Belo Vale/MG). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Lemos, C. 2019. *Arquitetando o terror: um estudo sensorial dos centros de detenção oficiais e clandestinos da ditadura civil-militar do Brasil (1964-1985)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju.
- Lima, T. 2016. A Meeting Place for Urban Slaves in Eighteenth-Century Rio de Janeiro. *Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage*, 5 (2): p.102-146. DOI: <https://doi.org/10.1080/21619441.2016.1204792>
- Lima, T. 2020. Valongo. *Current Anthropology*, 61 (22): p.S317-S327.
- Lima, T. 2013. Arqueologia como ação sociopolítica: o caso do cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. *Vestígios. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 7 (1): p.177-204. DOI: <https://doi.org/10.31239/vtg.v7i1.10617>
- Machado, J. 2017. Arqueologias Indígenas, os Laktlãñ Xokleng e os objetos do pensar. *Revista de Arqueologia*, 30 (1): p. 89-119. DOI: 10.24885/sab.v30i1.504.
- McGuire, R. 2008. *Archaeology as a political action*. London: University of Carolina Press.
- Neves, E. G. 2015. Existe algo que se possa chamar de “arqueologia brasileira”? *Estudos Avançados*, 29 (83): 7-17.
- Prous, A. 2019. *Arqueologia Brasileira*. Cuiabá-MT: Archaeo, Carlini & Caniato.
- Rathje, W. E Murphy, C. 2001 *Rubbish!: The Archaeology of Garbage*. Tucson: University of Arizona Press.
- Ribeiro, L. Dossiê Arqueologia e Crítica Feminista no Brasil: uma apresentação. *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 03–07, 2017. DOI: 10.24885/sab.v30i2.556.
- Rocha, B; Jácome, C; Stuchi, F; Mongeló, G e Valle, R. 2013. Arqueologia pelas gentes: um manifesto. Constatações e posicionamentos críticos sobre a arqueologia brasileira em tempos de PAC. *Revista de Arqueologia da SAB*, 26(1): 130-140. DOI: 10.24885/sab.v26i1.373.
- Sabloff, J. 2008. *Archaeology Matters: Action Archaeology in the Modern*. Walnut Creek: Left Coast Press.
- Scheel-Ybert, R. e Boyadjian, C. 2020. Gardens on the coast: considerations on food production by Brazilian shellmound builders. *Journal of Anthropological Archaeology* 60: p.101-211. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jaa.2020.101211>
- SILVA, F. 2009. As atividades econômicas das populações indígenas amazônicas e a formação das terras pretas: o exemplo dos Assurini do Xingu. In: Teixeira, W.; Kern, D.; Madari, B.; Lima, H.; Woods, W. (orgs).

- As terras pretas de índio da Amazônia: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental. p.54-61
- Silva, F. 2011. Arqueologia como tradução do passado no presente. *Amazônica*, 2 (2): p.260-267. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v3i2.768>
- Shanks, M. e Tilley, C. 1978. *Re-Constructing Archaeology: Theory and Practice*. Cambridge: Cambridge University Press,
- Symanski, L. 2012. The Place of Strategy and the Spaces of Tactics: structures, artifacts and power relations on sugar plantations of West Brazil. *Historical Archaeology*, 46 (3): p.124-148.
- Symanski, L. 2016. Introduction: Archaeology of African Diaspora Contexts in Brazil. *Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage*, 5 (2): p. 63-70. DOI:10.1080/21619441.2016.1204795
- Trigger, B. 2004. *História do Pensamento Arqueológico*. Tradução: Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseu.
- Torres, M. 2016. Behind Closed Doors: Space, Experience, and Materiality in the Inner Areas of Brazilian Slave Houses, *Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage*, 5(2): p.147-173
- Torres, M. e Agostini, C. 2012. Body Marks, Pots, and Pipes: some correlations between African Scarifications and Pottery Decoration in Eighteenth and Nineteenth century, Brazil. *Historical Archaeology*, 46(3):p.102–123
- Zarankin, A. e Pellini, J. 2012. Arqueologia e companhia: reflexões sobre a introdução de uma lógica de mercado na prática arqueológica brasileira. *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 44–60, 2012. DOI: 10.24885/sab.v25i2.354.
- Zedeño, M. 2016. The archaeology of territory and territoriality. In: David, B. e Thomas, J. *Handbook of Landscape Archaeology*. Walnut Creek: Left Coast, p. 210-217.
- Zimmerman, L. e Jessica, W. 2011. Displaced and Barely Visible: Archaeology and the Material Culture of Homelessness. *Historical Archaeology*. V. 45, N.1, *Archaeologies of Engagement, Representation, and Identity*, p. 67-85